

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, em atendimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, levantadas em 31 de dezembro de 2012.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 - Em milhares de reais			DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 - Em milhares de reais		
	2012	2011		2012	2011		2012	2011
Ativo			Passivo e patrimônio líquido			EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011		
Circulante			Circulante			Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	10.698	4.722	Fornecedores (Nota 15)	42.276	11.994	Receita líquida dos serviços prestados (Nota 22)	500.934	366.290
Aplicações financeiras (Nota 6)	2.772	2.772	Empréstimos (Nota 16)	8.190	9.279	Custo dos serviços prestados (Nota 22)	(200.901)	(151.299)
Contas a receber de clientes (Nota 7)	97.135	67.583	Salários e encargos sociais (Nota 17)	23.161	9.565	Resultado bruto	300.033	214.991
Impostos a recuperar (Nota 8)	18.834	52.829	Impostos e contribuições a recolher (Nota 18)	7.797	45.509	Recalculadas (despesas) operacionais		
Despesas antecipadas	10.112	2.889	Outras contas a pagar	7.540	6.303	Com vendas (Nota 22)	(12.174)	(1.156)
Outras contas a receber	138.162	128.779		88.964	62.650	Gerais e administrativas (Nota 22)	(180.764)	(93.903)
						Equivalência patrimonial (Nota 11)	990	2.089
Não circulante			Não circulante			Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 22)	9.720	7.145
Aplicações financeiras (Nota 6)	1.592	1.731	Empréstimos (Nota 16)	12.428	5.295	Resultado financeiro		
Créditos com partes relacionadas (Nota 19)	114.304	15.557	Provisão para contingências (Nota 20)	34	8.309	Despesas financeiras (Nota 23)	(4.126)	(8.247)
Impostos a recuperar (Nota 8)	2.328	740	Outros passivos (Nota 9)	21.810	19.760	Receitas financeiras (Nota 23)	1.266	745
Tributos diferidos (Nota 10)	167.326	191.296	Tributos diferidos (Nota 10)	71.714	34.808	Varição cambial, líquida (Nota 23)	(207)	(3.141)
Depósitos e cauções	2.006	1.341	Total do passivo	105.986	68.172	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	114.738	118.523
Despesas antecipadas	524	1.195	Patrimônio líquido (Nota 21)	194.950	150.822	Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 10)	(4)	(26.951)
Outras contas a receber (Nota 9)	19.460	19.460	Capital social	1.239.331	1.194.123	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	(40.875)	143.450
Investimento (Nota 5, 11 e 12)	384.626	385.808	Ajuste de avaliação patrimonial	1.184	1.184	Lucro líquido do exercício	73.859	235.022
Imobilizado (Nota 13)	230.487	173.276	Prejuízos acumulados	(136.050)	(204.786)	Lucro por ação - R\$	2,25	7,28
Intangível (Nota 14)	217.416	222.160	Total do patrimônio líquido	1.103.281	990.521			
	1.160.069	1.012.564						
	1.298.231	1.141.343	Total do passivo e do patrimônio líquido	1.298.231	1.141.343			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 - Em milhares de reais				
	Capital integralizado	Capital a integralizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados
Em 31 de dezembro de 2010 (não auditado)	49.860	(394)		(439.808)
Aumento do capital social (Nota 21)	1.144.657			1.144.657
Lucro líquido do exercício				235.022
Varição cambial de investidas no exterior			1.184	1.184
Em 31 de dezembro de 2011	1.194.517	(394)	1.184	70.859
Aumento do capital social (Nota 21)	48.229			48.229
Lucro líquido do exercício				73.859
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 21(a))				(5.123)
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 21(c))			(1.184)	(8.144)
Em 31 de dezembro de 2012	1.239.725	(394)		(136.050)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011					
	2012	2011		2012	2011
Lucro do exercício	73.859	235.022	Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 21(b))		1.184
Total do resultado abrangente do exercício	73.859	236.206			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais
O UOL Divo S.A. ("Companhia"), fundada em julho de 1998, com sede em São Paulo, tem como atividade preponderante a prestação de serviços de telecomunicações e soluções integradas em data center para clientes corporativos. Os principais serviços atualmente oferecidos são direcionados às redes corporativas de telecomunicações e de Virtual Private Network (VPN), tais como acesso dedicado em banda larga com tecnologia de conexão sem fio a Internet (wireless), acesso à Internet, serviço de colocação (colocation) e hospedagem e locação (hosting) dedicado em data center, caixa de correio (exchange server), soluções integradas de tecnologia de informação, além do serviço de voz (voice) para ligações locais, interestaduais e internacionais. O UOL Divo possui investimentos nas seguintes controladas: • UD Participações Ltda. ("UD") - anteriormente denominada BELDAY Participações Ltda. foi constituída em 8 de outubro de 2012. Em 7 de dezembro de 2012 o a Companhia adquiriu o controle da sociedade pelo montante de R\$ 1 e alterou sua razão social para UD Participações Ltda. O objeto social principal é a participação em outras sociedades, empresárias ou não, cujo objeto social seja relacionado a atividades de Internet e afins. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia subscreveu e integralizou na empresa o montante de R\$ 19.560 através do seu investimento no Solvo no montante de R\$ 7.300, na Boldron no montante de R\$ 7.806 e na UNIS no montante de R\$ 4.454. Naquela mesma data a UD possui investimentos nas seguintes controladas: • Boldron Technologies Comércio e Serviços Ltda. ("Boldron") - tem por objeto social a prestação de serviços de informática e de Internet; desenvolvimento, licenciamento e transferência de informações digitalizadas por meio de redes; comércio de softwares e hardwares; e participação em outras empresas. • UNIS LTDA. ("UNIS") - tem por objetivo principal pesquisa, desenvolvimento e licenciamento de software; prestação de serviços de consultoria, treinamento e afins na área de informática; provimento de serviços na Internet; comercialização de espaços publicitários. • Solvo Serviços de Informática S.A. ("SOLVO") - Em 21 de janeiro de 2012 a Companhia adquiriu o controle de 51% da sociedade com o objetivo principal a prestação de serviços de consultoria e suporte técnico relativo à utilização e ao funcionamento de computadores (hardware); o suporte técnico em informática inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados; a prestação de serviços de acesso à Internet ou a programas de computador situados em servidores remotos. (ii) Reestruturação societária 2012. (i) Operações no país. UOL Host - Conforme Protocolo de Justificativa de Incorporação de 1º de janeiro de 2012, o UOL Host Tecnologia Ltda. foi incorporado pela Companhia. Essa incorporação tem por objetivo o aumento da eficiência operacional, administrativa e financeira, bem como a redução de custos operacionais. O acervo líquido incorporado está assim apresentado:

	2012	2011
Equipamentos processamento de dados	6	5
Instalações	10	20
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Benefícios imóveis de terceiros	5	40
Equipamentos de voz	5	5
Veículos	10	5
Outros	5	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. 2.8. Impairment de ativos não financeiros. Os ativos que têm uma útil limitada, como o *impairment*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. A Companhia não reconhece nenhuma perda no resultado para os exercícios apresentados, em função da aplicação dessa prática contábil. 2.9. Contas a pagar aos fornecedores. As contas a pagar aos fornecedores são obrigadas a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas para o passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da taxa correspondente. 2.10. Empréstimos. Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, liquidar os custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado conforme demonstrado na Nota 16. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.11. Provisões. As provisões para uma obrigação judicial (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual inclua na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões para pagamentos mínimos do arrendamento, de custos de venda e contribuição social diferidos são determinados, usando a data do balanço e (leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido não for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O aumento da obrigação em renda e contribuição social diferidos e diferidos. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, tal como época da transação, a data da prestação de contas, em o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando a data do balanço e (leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido não for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O aumento da obrigação em renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados contra um direito equívoco legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. 2.13. Benefícios a empregados. Participações nos lucros. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base na estimativa de pagamento da participação nos lucros. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela administração da Companhia. A participação nos lucros é destinada a todos os profissionais da Companhia. 2.14. Capital social. Em 31 de dezembro de 2012 as ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. 2.15. Reconhecimento da receita. A receita contábil é mensurada pelo preço presente dos gastos de venda e contribuição social diferidos de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviços. As principais receitas são reconhecidas da seguinte forma: • Receita de *outsourcing* - reconhecida linearmente no período em que os serviços são prestados. • Receita de telecomunicação - reconhecida linearmente no período em que os serviços são prestados. • Receita de hospedagem e locação - reconhecida linearmente no período em que a locação ocorre. 2.16. Arrendamentos. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga pelo arrendador é alocada, para os passivos, em parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo. 2.17. Distribuição de dividendos. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos, ajustados nos termos do estatuto social, portanto, no encerramento do exercício social a Companhia reconhece um passivo nas demonstrações financeiras equivalente aos dividendos mínimos estabelecidos.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. (a) Perda (*impairment*) estimada do *ágio*. Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no *ágio*, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.6. Os valores recuperáveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas apresentadas na Nota 14. (b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos. A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. (c) Vida útil estimada dos bens imobilizados. A Companhia utiliza uma vida útil estimada para calcular e registrar a depreciação aplicada em seus ativos imobilizados. A Companhia realiza anualmente avaliações de vida útil aplicada em seus ativos imobilizados realiza mudanças na vida útil caso identifique mudanças significativas ou alterações nas circunstâncias em que as estimativas se baseiam.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de taxa de juros de valor justo, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. (a) Risco de taxa de juros. A Companhia e suas controladas possuem financiamentos subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas. A Companhia e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer cobertura (*hedge*) para esse risco. (b) Risco de crédito. A Companhia mantém políticas de crédito aprovadas pela administração, as quais prevêm, dentre outras, a análise individual do cliente antes da prestação do serviço. O risco existe em razão da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Por meio de controles internos, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa que poderão ocorrer, devida aos riscos de não recebimento desses valores, conforme mencionado na Nota 7. (c) Risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia pelos profissionais de finanças. Os profissionais de finanças monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próximas entidades, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A Companhia investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. 4.2. Gestão de capital. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novos ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condições com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser assim sumarizados:

	2012	2011
Total dos empréstimos (Nota 16)	20.618	14.574
(+) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(10.698)	(2.722)
(-) Aplicações financeiras (Nota 6)	(1.592)	(2.203)
Dívida líquida	8.328	9.649
Total do patrimônio líquido (Nota 21)	1.103.281	990.521
Total do capital	1.111.609	1.000.170
Índice de alavancagem financeira - %	1,0	1,0

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa	4	7
Bancos	10.694	2.715
	10.698	2.722

Saldo composto por valores mantidos em conta-corrente com remuneração equivalente à poupança, bem como, numerários mantidos em poder da administração para gastos de menor valor.

6. Aplicações financeiras

	2012	2011
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários (i)		472
Não circulante		
Aplicação em garantia (ii)	1.592	1.731

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com remuneração entre 95% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), incluindo resgatados em 2012. (ii) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de CDB. Vencimento em 7 de julho de 2015 vinculado a uma carta de fiança no valor de R\$ 2.382. Rendimento prefixado 101% CDI.

7. Contas a receber de clientes

	2012	2011
Contas a receber de clientes	108.268	70.412
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.133)	(2.829)
Circulante	97.135	67.583

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor justo das contas a receber mencionadas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática o provisionamento dos valores vencidos há mais de cento e oitenta e um dias, excetuando clientes cuja análise individual da sua situação financeira não demonstrou que estes seriam não realizáveis. As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	2.829	1.554
Créditos provisionados no exercício	8.304	1.275
Saldo no final do exercício	11.133	2.829

11. Investimento

	Capital social	Patrimônio líquido
Controlada direta		
UD Participações Ltda. (iii)	19.561	19.561
Ágio gerado na aquisição de investimento (ii)		
Investimento		

	Capital social	Patrimônio líquido
Controlada direta		
Diveo de Colombia (i)	73.828	20.553
Ágio gerado na aquisição de investimento (ii)		
Investimento		

(i) Durante o exercício de 2011, a Companhia efetuou capitalização na Diveo Colômbia no montante de R\$ 10.317. O crédito fiscal incorporado é decorrente da reestruturação societária ocorrida no quarto trimestre de 2009, a qual contemplou entre outros: (a) a incorporação do ex-controlador Thrall Holding Ltda. pela DH&C; (b) a cisão parcial da UBN Internet Ltda., sendo parte da parcela cisão verdadeira e incorporada pela DH&C, relativamente aos investimentos. (ii) Ágio gerado em decorrência da aquisição da DBNI pela DH&C, posteriormente incorporada pelo UOL Divo S.A. em 2011, conforme descrito nas Notas 1 e 12. (iii) Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia adquiriu o controle da UD Participações Ltda pelo montante de R\$ 1 e subscreveu e integralizou o montante de R\$ 19.560 através de seu investimento no Solvo no montante de R\$ 7.300, na Boldron no montante de R\$ 7.806 e na UNIS no montante de R\$ 4.454. Durante o exercício e 2012 foi reconhecido como resultado de equivalência patrimonial o montante de R\$ 990, referente à equivalência da Diveo Colômbia no montante de R\$121, da Solvo no montante de R\$ 1.058 e uma equivalência negativa da UD Participações no montante de R\$1(89). Alienação Divo Colômbia. Como o objetivo de direção esforços e priorizar sua operação no Brasil, em 27 de fevereiro de 2012 o UOL Divo S.A. firmou contrato de compra e venda com a Synapsis Colômbia Ltda., transferindo 100% das suas ações da Synapsis Colômbia e Diveo Data Center relativas à sua operação na Colômbia. A alienação foi consolidada pelo montante de US\$ 19.560, que compreendidos pela taxa de 1,8267 em 21 de março de 2012 somaram o valor de R\$ 35.805, descontados 14% referente a impostos retido e descontados 5% referente a eventual ajuste de preço, o valor recebido em caixa foi de R\$ 28.302. O ganho líquido após a baixa do investimento, baixa dos ativos intangíveis e provisão para ajuste de preço (5%) foi de R\$ 9.917, conforme abaixo:
Valor negociado 35.805
Valor retido de imposto (14%) (5.025)
Valor retido para eventual ajuste de preço (5%) (1.967)
Valor recebido 28.803

Constituição de imposto a recuperar
Baixa do investimento (18.631)
Baixa do intangível (6.406)
Baixas dos ativos (20.212)

Resultado de março (16 dias) 164
Recebimento de parte do valor retido (5%) 1.062
Ganho líquido 9.917

12. Combinação de negócio
A combinação de negócios está apresentada de acordo com o CPC 15 - "Combinação de Negócios". Apresentamos a seguir o custo de aquisição do controle das empresas adquiridas em 2011, mencionadas na Nota 1, bem como a indicação do fundamento econômico que o determinou. As aquisições efetivadas durante o ano de 2010 seguiram o direcionamento de negócios da Companhia, assim como a análise dos produtos por elas oferecidos e a carteira de clientes das mesmas. (a) Aquisição referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 - DBNI

	Valor dos ativos adquiridos	Ajust
--	-----------------------------	-------

